

1 No dia 29 (vinte e nove) de abril de 2009, na sala de reuniões do andar térreo do Ed. Marie Prendi
2 Cruz, sito à SEPN 505 Lote 02 Bloco B, em Brasília-DF, deu-se a abertura da 35ª Reunião
3 Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade, CONABIO. Estavam presentes os seguintes
4 membros da Comissão: o **Sr. Braulio Dias** (titular), representante do MMA; O **Sr. João Pessoa**
5 **Riograndense** (suplente), representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos
6 Naturais Renováveis – IBAMA; o **Sr. Bruno Machado Teles Walter** (suplente), representante do
7 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; o **Sr. David C. Oren** (suplente),
8 representante do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT; a **Sra. Cláudia B. Tavares** (suplente),
9 representante do Ministério das Relações Exteriores – MRE; a **Sra. Márcia Chame dos Santos**
10 (titular), representante do Ministério da Saúde - MS; o **Sr. Wilson Loureiro** (titular), representante
11 da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA; a **Sra. Elisa**
12 **Romano Dezolt** (suplente), representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; o **Sr.**
13 **Lúcio Flores** (titular) representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia
14 Brasileira - COIAB; a **Sra. Maria José Costa Arruda** (suplente), representante da Confederação
15 Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; a **Sra. Maria Adélia de Oliveira** (titular),
16 representante do Fórum Brasileiro de ONGs – Movimentos Sociais; a **Sra. Ivaneide Bandeira**
17 (titular), representante do Fórum Brasileiro de ONGs – ONGs Ambientalistas; o **Sr. Aladim de**
18 **Alfaia Gomes** (suplente), representante do Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE e o **Sr.**
19 **Miguel Trefaut Rodrigues** (suplente), representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da
20 Ciência – SBPC. Os seguintes convidados estiveram presentes: a **Sra. Flávia de Almeida Tavares**
21 (SEAP); as Sras. **Paula Tavares** e **Patrícia Siqueira de Medeiros** (MD); **Sr. Paulo Roberto**
22 **Sampaio Fernandes** (Marinha do Brasil); **Sra. Patrícia Siqueira de Medeiros** (MD); **Sr.**
23 **Alexandre Lima** (ANA); Srs. **Jader Alves de Oliveira** e **João Arthur Soccla Seyffarth** (Núcleo
24 Caatinga/MMA); **Sr. Murilo Pompeu** (SRHU/MMA) e Srs. **Hélio Cunha, Marco Aurélio Oliveira**
25 e **Sra. Marina Landeiro** (DCBio/MMA). Também participaram da reunião os seguintes membros
26 da Secretaria Executiva da CONABIO: **Felipe Monteiro Diniz** e **Gláucia Jordão Zerbini**. O **Sr.**
27 **Braulio Dias** deu início à reunião às 10h00 esclarecendo os assuntos que seriam abordados. O **Sr.**
28 **Wilson Loureiro** propôs a criação de uma Câmara Temporária sobre serviços ambientais que foi
29 inserido na pauta, aprovada com alterações. Em seguida, o **Sr. Braulio Dias** apresentou o livro da
30 CONABIO e solicitou a todos que ajudassem a fazer uma distribuição adequada da publicação,
31 começando dentro das instituições e dos setores que os membros representam. Pediu ainda, que
32 cada membro pensasse no assunto e solicitasse um certo número de cópias ou de caixas de livros
33 para ajudarem a distribuir. Comentou que a publicação sobre pagamento de serviços ambientais
34 com perspectivas para a Amazônia Legal estava esgotada, porém seria encaminhada para uma nova

35 tiragem e solicitou que os membros, caso tenham demandas, receberão assim que as novas cópias
36 estiverem disponíveis. Colocou a questão do livro dos cinco anos da CONABIO, dizendo que o
37 atual formato é de uma publicação de referência e que se os membros achassem importante ter
38 alguma outra versão mais enxuta, menor, de bolso ou CD, que ficassem à vontade para enviar
39 sugestões de como melhorar a disseminação dessas informações. A ata da 34ª Reunião Ordinária foi
40 colocada em discussão e aprovada com uma abstenção do Itamaraty e com a correção solicitada
41 pelo Sr. **David Oren** a respeito do seu local de lotação - Coordenação Geral de Gestão de
42 Ecossistemas do MCT. O Sr. **Braulio Dias** passou para discussão do item quatro da pauta, os
43 assuntos para deliberação, e inicialmente, o item 4.1, que seria fazer uma alteração do decreto 4703
44 que estabeleceu a comissão e determinou sua composição. Fez um resumo breve das discussões
45 anteriores e das solicitações de participação de entidades dentro da Comissão. Disse crer que ao se
46 ampliar muito a Comissão, essa poderia ficar descaracterizada, visto que ela não tem a função de
47 estabelecer regulamentação de legislação ambiental e não substitui o CONAMA. Lembrou que a
48 CONABIO tem dois mandatos muito claros, que são coordenar e fazer as articulações necessárias
49 relativas à implementação dos compromissos do Brasil perante a Convenção sobre Diversidade
50 Biológica e, coordenar e articular a implementação dos compromissos assumidos na Política
51 Nacional de Biodiversidade. Abriu em seguida para a discussão para ver qual era o entendimento
52 dessa Comissão para aconselhar o Ministério na condução dessa questão. O Sr. **Wilson Loureiro**
53 pediu para ponderar sobre a possibilidade de aproveitar que o Decreto será alterado, para convidar
54 os municípios para tomarem parte da CONABIO. Afirmou que considera fundamental a
55 participação de um representante dos municípios. A Sra. **Márcia Chame** mostrou sua preocupação
56 com o aumento cada vez maior do CONABIO e falou sobre a dificuldade para conseguir quorum.
57 Sugeriu a tentativa de esforço para ver dentro das instituições membros quais efetivamente vem
58 faltando nas reuniões, solicitando aos faltosos que reiterem sua vontade em participar da Comissão.
59 O Sr. **Braulio Dias** disse que seriam atualizadas as questões da audiência de algumas instituições e
60 cobranças via ofício. Explicou que em termos de indicação formal, existe uma pendência maior com
61 relação a FBOMS que deve algumas indicações e o IBAMA, porque houveram mudanças de
62 representação. A Sra. **Márcia Chame** explicou que existia maior dinâmica da Comissão quando o
63 grupo era menor, o que permitia realizar outros trabalhos, considerando necessário recuperar a
64 proposta de uma cartilha. Concordando com o Sr. Aladim Gomes, em transformar essas atuações
65 num documento que subsidie o gerente do banco responsável pela cessão de empréstimo e levanta
66 uma força tarefa para isso. O Sr. **Miguel Rodrigues** e a Sra. **Márcia Chame** sugeriram a inclusão
67 da Sociedade Brasileira de Zoologia, de Botânica e Microbiologia na Comissão. O Sr. **Lúcio Flores**
68 chamou a atenção para incluir entidades que realmente querem tomar parte da Comissão, sendo

69 anteriormente avaliadas em termos de relevância de contribuição. O Sr. **Braulio Dias** concordou
70 que não seria o caso de forçar ninguém a ser membro da CONABIO e que se uma instituição no
71 início foi convidada, está como membro, mas não se faz presente seguidamente é um sinal de
72 desinteresse e caberia também consultar se não seria o caso de deixar de fazer parte da Comissão. O
73 Sr. **Aladim Gomes** considerou que o Ministério da Defesa teria muito a contribuir com a
74 CONABIO. O Sr. **Braulio Dias** explicou que acatando a inclusão do Ministério da Defesa na
75 Comissão, este seria representado pela Marinha do Brasil. Quanto ao Instituto Chico Mendes
76 esclareceu que fora criado como o objetivo principal de conservação da biodiversidade com duas
77 atividades especiais, uma seria a gestão de unidades de conservação federais e outra a questão da
78 conservação de espécies ameaçadas, temas muito relacionados com o mandato dessa Comissão.
79 Disse também que o MMA iria tomar providência para cobrar as ausências e explicou poderiam
80 ocorrer razões razoáveis que justificariam a ausência de alguma instituição temporariamente, como
81 em casos de reestruturação interna e afirmou que ausências recorrentes e problemáticas poderiam
82 ser resolvidas perguntando às instituições sobre seu interesse em continuar integrando a Comissão.
83 A Sra. **Maria Adélia** afirmou em relação ao Ministério da Defesa, que este possui uma função
84 estratégica muito grande, mas disse não saber até que ponto o caso dele se parecia com o pleito do
85 Ministério das Minas e Energia e que talvez as demandas pudessem ser incorporadas sem a
86 necessidade de participação no fórum. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu que a Constituição Brasileira
87 quando fala de bens da união, em termos de biodiversidade, especifica como os únicos bens de
88 biodiversidade que são bens da união são os recursos vivos marinhos, e disse que quem tem a
89 competência legal de gerir os recursos vivos marinhos é a Marinha do Brasil. Esse Ministério possui
90 uma competência específica, e podem autorizar uma série de atividades, além de terem projetos de
91 pesquisa. A Sra. **Maria Adélia** sugeriu que a CONABIO fizesse a revisão dos faltosos e que a
92 conclusão dessa discussão fosse deixada para outro momento, após a consulta às instituições sobre
93 seu interesse em participar da Comissão. O Sr. **Braulio Dias** lembrou sobre os dois problemas com
94 a composição da CONABIO. O primeiro a respeito da falta de indicação de suplentes do FBOMS e
95 o segundo em relação à alteração de membros do IBAMA. Fez uma contra proposta para que o
96 assunto fosse deliberado durante a reunião, devido alguns dos pleitos serem mais antigos e
97 reiterados, acrescentados ao pleito mais recente, do Instituto Chico Mendes. Propôs reiterar a
98 cobrança dos faltantes. O Sr. **Felipe Diniz** disse que o regimento interno, que fora alterado pela
99 Comissão, contempla dentre outras alterações um enrijecimento em relação a questão das faltas,
100 para uma questão de disciplina, porém a CONJUR do MMA não aprovou as alterações devido o
101 próprio decreto da CONABIO não permitir tal endurecimento. O Sr. **Braulio Dias** complementou a
102 informação dizendo que a CONJUR requereu que fosse incorporado ao decreto qualquer alteração a

103 mais de forma compatível com o que se deseja na revisão do regimento. A Sra. **Patrícia Siqueira**
104 reforçou o interesse de participação do Ministério da Defesa, em especial da Marinha do Brasil, de
105 se integrar à CONABIO, interesse este que foi identificado desde 2005. Esclareceu que o MD vem
106 desde então participando e acompanhando as plenárias na condição de observador. O Sr. **David**
107 **Oren** questionou sobre a conveniência de explicitar que a Marinha seria o real membro da
108 Comissão e não simplesmente Ministério da Defesa. Disse isso visando reforçar a questão, pois o
109 Ministério das Minas e Energia está tendo seu rejeitado. Manifestou apoio à proposta do Sr. **Miguel**
110 **Rodrigues** da SBPC, manter a paridade e incluir na Comissão as Sociedades Brasileiras de
111 Botânica, Zoologia e Microbiologia. A Sra. **Patrícia Siqueira** esclareceu que ao contemplar o
112 Ministério da Defesa, automaticamente os comandos militares estariam contemplados. Disse que o
113 MD estava se esforçando para indicar tanto representantes do Ministério da Defesa, inclusive
114 militares da Marinha, como também contemplar representantes que estejam realmente no estado-
115 maior da armada, que estão em contato nos níveis de decisão e conhecimento dos projetos
116 específicos correlacionados com a CONABIO. O Sr. **Braulio Dias** pediu um esclarecimento a Sra.
117 **Patrícia Siqueira** se não seria o caso colocar a Marinha do Brasil como membro da CONABIO. A
118 Sra. **Patrícia Siqueira** concordou que o interesse maior de participação era da Marinha, porém
119 explicou que uma participação mais ampla, em caso de necessidade de um acompanhamento mais
120 estratégico e desenvolvimentista, o Ministério da Defesa teria uma condição de acompanhamento
121 maior. O Sr. **Aladim Gomes** considerou importante a contribuição da Marinha na Comissão.
122 Sugeriu que o MD indicasse para titular e suplentes nomear pessoas que pudessem contribuir nas
123 diferentes discussões de acordo com suas competências. O Sr. **Braulio Dias** concordou com o que o
124 Sr. **Lúcio Flores** dissera sobre reagir às demandas efetivas que a Comissão havia recebido como foi
125 o caso do Ministério da Defesa e não especificamente da Marinha. Com relação à questão dos
126 faltosos, esclareceu que são problemas internos em termos de indicação que logicamente precisam
127 ser resolvidos e que se forem feitas as alterações necessárias no decreto, não só de composição, mas
128 também para adequação dos pontos do regimento que foram modificados, dará à Comissão mais
129 poder de cobrança com relação aos faltosos. Partiu-se para a deliberação do assunto e o Sr. **Braulio**
130 **Dias** esclareceu que não era a comissão quem decidiria em última instância sobre a alteração do
131 decreto. Ela faria uma manifestação para o Ministério do Meio Ambiente e este, com base nessa
132 Comissão, fará a gestão junto à Casa Civil para alteração do decreto, em relação a dois aspectos. O
133 primeiro sobre a alteração de composição, e o segundo, alteração de regras de funcionamento. Foi
134 aprovada a solicitação de adequação de um ou outro parágrafo do decreto para ficar alinhado com o
135 que fora decidido no novo regimento. Houve concordância por parte da Comissão na entrada do
136 Ministério da Defesa e do Instituto Chico Mendes. Para manter a paridade foram sugeridas

137 propostas de ampliação da representação da Comunidade Científica, atendendo um pleito que fora
138 efetivamente recebido. As propostas do Sr. **Miguel Rodrigues** e da Sra. **Márcia Chame** foram
139 apoiadas por outros representantes, no sentido de se convidar a Sociedade Brasileira de Botânica, a
140 Sociedade Brasileira de Zoologia, e a Sociedade Brasileira de Microbiologia, sendo essas as três
141 grandes Sociedades Biológicas no Brasil. Além dessas propostas, o Sr. **Wilson Loureiro** levantou a
142 conveniência da representação dos municípios por intermédio da ANAMMA. O Sr. **Braulio Dias**
143 esclareceu que o MME não desistira, porém não havia reiterado recentemente o seu pleito. Também
144 falou sobre a necessidade dos órgãos terem um mandato específico com relação à gestão de
145 biodiversidade e por esse motivo, não seria contemplado o pleito do MME na Comissão. Disse
146 também que a sugestão de criação da câmara técnica seria o marco inicial e uma provocação do
147 MMA para a CONABIO avaliar a conveniência e a melhor forma de tratar a questão do
148 estreitamento do diálogo entre o Governo e a sociedade científica. Explicou a proposta de criação
149 de uma Câmara Técnica de caráter permanente para melhor diálogo entre Governo e comunidade
150 científica, e de dois grupos de trabalho, um para modelagem e biodiversidade e outro para serviços
151 ambientais. Argumentou que essa câmara deveria ser permanente, porque a demanda que recebida
152 da academia era de se abrir um canal permanente com o Governo. Sobre o problema levantado pelo
153 Sr. **David Oren** disse que a criação de uma Câmara vinculada à CONABIO, poderia ter algum
154 constrangimento de liberdade de pesquisa e complementou dizendo que a câmara não é deliberativa,
155 pois quem delibera sempre é o plenário da CONABIO. A Sra. **Márcia Chame** concordou sobre o
156 problema de constrangimento e sobre o caráter não deliberativo da câmara e considerou
157 fundamental que a Comissão pense bem sobre a composição inicial, para que os trabalhos dêem
158 certo. O Sr. **David Oren** disse em relação à colocação feita pelo Sr. **Miguel Rodrigues** que um dos
159 desafios para garantir a representatividade seria de fato ter cérebros e não fatalmente as instituições
160 em si. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu que só será possível criar uma câmara, se for identificada sua
161 composição nuclear e pelo regimento a câmara poderá convidar outras instituições como
162 observadoras para participarem. Afirmou que é possível fazer essa alteração ao longo do caminho,
163 mas reiterou a necessidade de ter um ponto de partida inicial. O Sr. **David Oren** sugeriu informar a
164 Comunidade Acadêmica sobre a composição da câmara e dos grupos de trabalho, nos quais os
165 maiores especialistas serão convidados. Lembrou que a Comissão já identificara o Jardim Botânico
166 do Rio como representante agregando-se as três grandes sociedades, mais SBPC e ABC que já
167 estavam aqui. A partir disso, seria possível dentro da CONABIO atender as demandas acadêmicas.
168 O Sr. **Braulio Dias** esclareceu que uma das reivindicações foi melhorar a participação da Sociedade
169 Científica e da Academia Brasileira em geral na representatividade nos colegiados. Sendo assim, a
170 CONABIO estaria fazendo sua parte, ampliando. Quanto à discussão sobre prós e contras para criar

171 a Câmara Permanente, sugeriu discutir os elementos de competência dessa câmara. Considerou que
172 o caminho seria criar uma câmara com grupos de trabalho. A Sra. **Maria Adélia** concordou com o
173 Sr. David Oren a respeito da composição da Comissão, por ainda não estar em vigor seu novo
174 formato e que após a casa civil aprovar as alterações no decreto e os 26 membros estiverem
175 atuando, as demandas poderão ser incorporadas e atendidas. Disse ver com preocupação se o grupo
176 de trabalho não for criado e considerou precipitação a criação de uma Câmara Permanente, visto
177 que a Comissão ainda está avaliando se vale a pena ter uma Câmara Técnica. Propôs a criação desse
178 grupo de trabalho dentro de alguma câmara já existente. O Sr. **Braulio Dias** explicou que o
179 problema é que não se pode criar um grupo de trabalho dentro de uma câmara que extrapola a
180 competência daquela Câmara. Falou que a Câmara Técnica do PANBIO era a mais abrangente das
181 Câmaras Técnicas e que tinha por papel discutir a implementação do plano de ação e questões como
182 capacitação, comunicação, fomento e financiamento. Não foi previsto na sua criação nenhuma
183 ênfase para discutir questões específicas científicas. Para isso, seria necessário acrescentar essa
184 responsabilidade à Câmara. Alegou que nenhum dos representantes poderia se dedicar
185 integralmente à CONABIO e que a Comissão não poderia deliberar sem a devida preparação. Disse
186 que justamente por isso foi prevista a figura da câmara, para apoiar, reunir e consultar, trazendo algo
187 mais trabalhado para a consideração da comissão. A Sra. **Márcia Chame** apoiou as colocações da
188 Sra. Maria Adélia, sobre esperar a chegada das três sociedades como membros do CONABIO para
189 auxiliarem na criação dessa Câmara Técnica Permanente e sugeriu inverter a discussão para as
190 tarefas da nova câmara e dos grupos de trabalho. A Sra. **Elisa Dezolt** concordou com o que as Sras.
191 **Márcia Chame** e **Maria Adélia** falaram em não entrar nessa discussão e aguardar os novos
192 representantes assumirem. O Sr. **Aladim Gomes** considerou que o que deveria ser discutido era o
193 papel e a função dessa câmara. O Sr. **Braulio Dias** sugeriu discutir as tarefas da câmara, depois sua
194 composição, seguida da idéia desse grupo de modelagem e a sugestão do Sr. **Wilson Loureiro**
195 sobre o grupo de serviços ambientais. O Sr. **Miguel Rodrigues** disse que não adiantaria ficar
196 esperando o ingresso das três sociedades para criar a câmara e que essa, após constituída, em uma
197 seção ou duas seções, discutiria a melhor estratégia de melhorar sua própria representatividade. O
198 Sr. **Braulio Dias** levantou o que foi sugerido pelos membros e disse que a discussão seria sobre a
199 necessidade de criar uma Câmara nova ou se mudaria a Câmara do PANBIO, dando novas
200 atribuições de composição ou se adiaría essa decisão. Consultou se os representantes eram
201 favoráveis a deliberar durante a plenária, pautando todas as sugestões levantadas. Porém, por seis
202 votos a cinco ficou decidido deixar a discussão para a próxima reunião. Com relação a questão da
203 composição da câmara técnica, o Sr. **Lúcio Flores** propôs que uma vez já acatado por todos a
204 inserção desses novos membros, eles poderiam ser comunicados e convidados para participar das

205 reuniões antes de ser formalizado todo o processo, e com isso eles já ajudariam no processo de
206 construção do pensamento de como construir essa Câmara Técnica. O Sr. **Braulio Dias** explicou
207 que o que poderia ser feito era eles enviarem observadores para a discussão. A Sra. **Márcia Chame**
208 considerou que a estratégia deveria que ser outra, e que deveria ser deliberada durante a plenária,
209 pois seria estressante convidar as sociedades para participarem pois estas apressariam o processo,
210 visto que a Casa Civil é quem acatará ou não a alteração do decreto. O Sr. **Braulio Dias** explicou
211 que a Casa Civil recebe várias demandas e não tem como dar prioridade à da CONABIO. A Sra.
212 **Márcia Chame** sugeriu convidar as três sociedades para ajudarem na indicação e o Sr. **Braulio**
213 **Dias** lembrou que multidisciplinaridade precisava ser respeitada. Completou dizendo que a decisão
214 sobre composição é papel da Comissão. Falou que a idéia que estava em mesa era de aguardar a
215 posse dos novos membros. O Sr. **Aladim Gomes** contestou aguardar a posse dos novos membros
216 para deliberar e sugeriu a realização de uma reunião extraordinária para isso. O Sr. **Braulio Dias**
217 apresentou uma contra-proposta para colocar esse assunto na pauta da próxima reunião. Completou
218 dizendo que para não ficar num impasse na próxima reunião, que os representantes aceitassem
219 avaliar essa questão e trazer propostas concretas de composição e eventualmente outros itens da
220 deliberação. Pediu que mandassem as sugestões por correio eletrônico para que fossem anexadas às
221 várias sugestões que seriam encaminhadas juntamente com os documentos para a próxima reunião.
222 Solicitou que o Sr. **Wilson Loureiro** propusesse uma minuta de como seria o GT de serviços
223 ambientais e circulasse para todos. O Sr. **Alexandre Lima**, representando a Agência Nacional de
224 Águas falou sobre dados relativos a recursos hídricos no país, com base no último trabalho que foi
225 publicado pela ANA, lançado na reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos no dia 25 de
226 março, intitulado como o relatório de conjuntura de recursos hídricos no Brasil. Informou que o
227 documento estava disponível para download também na página do relatório de conjuntura e as
228 informações poderiam ser acessadas através dessa barra temática que envolve, tanto as informações
229 sobre a situação dos recursos hídricos quanto do ponto de vista de aspectos legais e institucionais da
230 Política Nacional de Recursos Hídricos. Disse que dentro da situação de recursos hídricos foram
231 abordados diversos temas e sub-temas no relatório, indo desde a precipitação e disponibilidade
232 hídrica superficial, até águas subterrâneas e qualidade da água. Sobre a qualidade da água falou que
233 foram abordados três indicadores, índice de estado trófico, índice de qualidade das águas e uma
234 estimativa na capacidade de assimilação do corpo de água em relação à quantidade de esgoto que é
235 lançado. Mostrou dados que abrangeram tanto águas superficiais quanto de aquíferos. Ao final da
236 apresentação disponibilizou algumas cópias do relatório impressas e em CD-ROM. Informou que os
237 dados do relatório encontravam-se disponíveis no endereço eletrônico conjuntura.ana.gov.br (sem
238 www.), ou acessando a página da ANA no link que remete à página. O Sr. **Braulio Dias** disse que a

239 Comissão estava interessada em saber sobre as alterações dos regimes tradicionais de vazão, por
240 exemplo, de um rio e ter uma idéia se com a informação disponível é possível avaliar onde houve
241 variação, e se isso serviria como um indicativo para ver se está afetando ou não reprodução de
242 peixes ou algum outro grupo biológico. O Sr. **Alexandre Lima** esclareceu que essas variações
243 foram abordadas no relatório para todas as regiões hidrográficas brasileiras. O Sr. **Braulio Dias**
244 acrescentou que outra informação crucial era a questão de qualidade da água, a presença de fatores
245 de substâncias tóxicas e dizer em que medida isso poderá ser aprimorado em próximas edições. O
246 Sr. **Alexandre Lima** certificou que poderia ser aprimorado, porém seriam necessários dados
247 representativos em escala nacional. Disse que a limitação era que a maior parte de pontos de coleta
248 de dados de qualidade da água estavam associados a grandes cidades, mas que no futuro pretendiam
249 avançar nesse processo, com novos indicadores. O Sr. **Braulio Dias** perguntou se do volume de
250 água que é retirado para usos urbanos, de agricultura, dentre outros, o quanto era outorgado. O Sr.
251 **Alexandre Lima** respondeu que foi considerado no relatório cada situação máxima que precisaria
252 para atender o tipo de uso. O Sr. **Braulio Dias** agradeceu a apresentação e os esclarecimentos e
253 passou a palavra para o Sr. **Marcos Oliveira**, que mostrou a nova página da CONABIO na internet,
254 informou sobre seu funcionamento e entraves para adequação com as normas estabelecidas pelo
255 MMA. Respondeu que os documentos da CONABIO serão todos disponibilizados através do site,
256 que se encontrava com todo o conteúdo atualizado. O Sr. **Braulio Dias** pediu para o Sr. **Felipe**
257 **Diniz** e para o Sr. **Marcos Oliveira** para circularem o “template” da página nova solicitando
258 sugestões dos representantes da CONABIO, indicando o que se pode ou não alterar. Em seguida
259 sugeriu passar para discussão da questão de melhoria do acompanhamento dos trabalhos da CDB, e
260 perguntou se poderiam aproveitar a presença do pessoal da caatinga para fazerem uma breve
261 informação e repassar para os representantes o material que fora distribuído no Congresso Nacional.
262 O Sr. **Jader Oliveira** traçou um breve comentário sobre os materiais que foram distribuídos e
263 explicou que muitas pessoas dizem que a Caatinga não é conhecida, porém ao ver os trabalhos das
264 universidades, de pesquisadores e do próprio Ministério do Meio Ambiente, se percebe que a
265 Caatinga é pouco divulgada e que o material distribuído fora criado para fazer essa divulgação. O
266 Sr. **João Arthur** falou sobre a comemoração do dia nacional da Caatinga numa audiência pública
267 no Congresso Nacional. Disse que o objetivo da audiência era basicamente lançar alguns produtos
268 relacionados com a conservação e o uso sustentável da Caatinga, buscar apoio político do congresso
269 para o bioma e também começar a implementar seu plano de divulgação. Explicou que estavam
270 conduzindo a estratégia de fazer com que esses eventos apresssem as atividades para lançamento de
271 produtos. Destacou o plano de monitoramento que fora lançado durante o referido evento e o
272 lançamento do zoneamento ecológico econômico do Nordeste. Informou que ainda esse ano será

273 lançado o primeiro plano de fiscalização para a Caatinga, previsto para maio e também o
274 lançamento dos primeiros dados do monitoramento em novembro. Disse que foram identificadas as
275 áreas de ações prioritárias para fiscalização do bioma e que inclusive no diagnóstico, as áreas
276 principais de retirada de lenha contaram como dados para identificação dessas áreas prioritárias
277 para fiscalização. Considerou que essas informações servirão para traçar uma estratégia para a
278 fiscalização juntamente com a superintendência do IBAMA. A Sra. **Maria Adélia** informou que o
279 dia da Caatinga foi criado em homenagem ao professor Vasconcelos Sobrinho e comentou sobre o
280 trabalho de resgate e compilação de alguns trabalhos do professor para posterior publicação pelo
281 grupo árvore. O Sr. **Braulio Dias** sugeriu fazer uma coletânea de todo o trabalho do professor, e
282 disse que os recursos para publicação poderiam ser pleiteados junto ao MMA. Comentou ainda que
283 o Ministro assinara em setembro do ano passado, em reunião do CONAMA, um acordo com o
284 PNUD, ABC e IBAMA para fazer o monitoramento de desmatamento em todos os biomas do Brasil
285 fora da Amazônia. Esse trabalho servirá para atualizar os dados que o MMA já possui sobre o mapa
286 de cobertura vegetal referente ao ano de 2002, lançado em 2007 e atualizado em 2008, informando
287 que estão previstas atualizações anuais. Informou também que o MMA junto com o Ministro e com
288 o Instituto Chico Mendes assumiram o compromisso de avançar até o final do mandato do Governo
289 Lula com a agenda de criação de novas unidades de conservação. O Sr. **João Arthur** falou sobre os
290 trabalhos que estão em trâmite visando a conservação da Caatinga. O Sr. **Braulio Dias** pediu para o
291 Sr. **João Arthur** falar sobre as três convenções do Rio: Biodiversidade, Mudança do Clima e
292 Combate a Desertificação. Ele respondeu que está sendo construída uma agenda conjunta e o termo
293 de referência para buscar parceiros, com previsão de conclusão até o final desse ano e informou que
294 o zoneamento será feito para todo o Nordeste e não apenas para o bioma caatinga. O Sr. **Braulio**
295 **Dias** disse que seria feito um informe circular para todo os representantes sobre isso e pediu para
296 que fossem expandidas as informações sobre essas áreas e iniciativas. O Sr. **Maurício Pompeu**, que
297 trabalha na Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, na gerência de planejamento e
298 recursos hídricos falou sobre uma série de oficinas que estão sendo organizadas para esse ano, com
299 enfoque ecossistêmico aplicado à gestão de recursos hídricos. Comentou que a lei de recursos
300 hídricos é uma lei, infelizmente muito utilitarista para o ser humano. Que ela possui um viés
301 ambiental, mas muito aquém do seu viés econômico. Disse que através da aprovação do plano
302 nacional de recursos hídricos que inseriu essa abordagem ambiental, abriu-se uma oportunidade de
303 se incluir essa vertente ambientalista na gestão de recursos hídricos. Informou que dentro do site já
304 está disponível as apresentações que ocorreram na oficina, que contou com a participação de uma
305 série de pesquisadores que estão sendo financiados pelo CT Hidro. Explicou que o CT Hidro é um
306 Fundo Setorial ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia que aporta recursos principalmente

307 para pesquisas na área de recursos hídricos e informou que esse fundo abriu dois editais. Um sobre
308 vazão ambiental e outro sobre ecorregiões. Acrescentou que a segunda oficina será sobre
309 ecorregiões aquáticas dentro de dois ou três meses, que a terceira será em agosto, com provável
310 temática sobre vazão ambiental e, a última, ocorrerá no início de dezembro, para fazer um
311 fechamento. O Sr. **Braulio Dias** considerou interessante que fosse feita uma circular para todos
312 assim que for definida a data dessa próxima oficina, agradeceu em seguida as explicações. Passou
313 para as duas apresentações finais sobre o seminário de pagamento de serviços ambientais e sobre o
314 andamento de trabalho do quarto relatório da CDB. Comentou que durante a última reunião de
315 dezembro, a plenária sugerira que fosse discutida a melhor forma da Comissão acompanhar os
316 trabalhos da CDB, visto que possui um mandato muito claro de coordenar e articular a
317 implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à CDB. Afirmou que tudo o que a
318 Comissão trata durante as plenárias tem reflexo no compromisso da CDB, mas que até o momento
319 não havia sido feito de fato um trabalho mais sistemático de avaliar todo o conjunto de
320 compromissos assumidos junto à CDB e saber em que medida tudo está sendo implementado,
321 quem está implementando, onde existem gargalos e dificuldades e onde o trabalho está indo bem.
322 Falou sobre a existência de um outro lado que fora reivindicado de como trabalhar melhor junto ao
323 Itamaraty no sentido de contribuir com o levantamento de sugestões para preparar a definição de
324 posições brasileiras de negociações em curso na CDB. Informou que em outubro de 2010 ocorrerá
325 a COP 10. Pediu que os representantes olhassem essa agenda e identificassem algum tema que
326 tenha maior importância para o país e ver se é possível fazer um trabalho prévio de fornecer
327 subsídios. Disse para enviarem as sugestões para circular dentre todos os representantes e que esse
328 tema poderia voltar para a pauta da próxima reunião. E a gente diria temos essa demanda. melhorar
329 a contribuição da CONABIO para processos de negociações futuras. Falou que também deveriam
330 ser identificadas maneiras de como melhorar o trabalho da Comissão de forma a ajudar para que o
331 Brasil tenha uma implementação cada vez mais efetiva dos seus compromissos assumidos perante à
332 CDB. Informou que o quarto relatório é diferente dos anteriores, pois estes focavam em processo e
333 nas iniciativas que o país estava fazendo. O quarto relatório busca responder o que aconteceu a
334 partir dessas iniciativas, quais os resultados, o quanto se avançou em termos de gestão da
335 biodiversidade para promover sua conservação, seu uso sustentável, repartição de benefícios, e etc.
336 O esforço que está sendo empregado é no sentido de juntar informações sobre isso e traçar um
337 panorama. O Sr. **Braulio Dias** informou ainda que estava sendo construída uma página na nossa
338 Internet com o que já existe de relatórios e que alguns consultores foram contratados para compilar
339 alguns dados intermediários. Explicou que tudo seria disponibilizado na Internet como dados
340 parciais. O secretariado pediu fechar pelo menos uma versão preliminar do relatório até final de

341 junho desse ano. Disse que a expectativa era de que só será possível fechar o relatório final em
342 condições de publicar e tanto em português quanto inglês mais para o final do ano. Considerou
343 importante que no relatório brasileiro se chame atenção sobre áreas que estão conseguindo avanços.
344 Concordou com a Sra. **Maria Adélia** de que muitas vezes não se ter condições de falar sobre o
345 atingimento de metas no campo, mas que houveram avanços de ordem institucional, de programas,
346 de processos que foram implementados, que são muito relevantes. O Sr. **Braulio Dias** expôs sua
347 opinião de que só se justifica gastar tempo com essa discussão no segundo semestre, quando esses
348 dados estiverem disponíveis. Pediu para que na próxima reunião tente-se deixar claro e registrar os
349 avanços em direção de olhar as reuniões da CDB em 2010, selecionando alguns temas mais críticos,
350 sendo a próxima reunião estratégica para tratar desse assunto. O Sr. **Aladim Gomes** sugeriu mostrar
351 programas com resultados positivos em relação à conservação da biodiversidade e citou alguns
352 exemplos. O Sr. **Braulio Dias** explicou que deve-se procurar olhar qual foi o impacto dessas
353 iniciativas no campo em termos de reverter a perda de diversidade, sendo isso possível apenas se
354 existirem dados disponíveis. Disse que o desafio será ver junto aos setores do governo ou iniciativas
355 do próprio Ministério, se existem avaliações e resultados desse impacto, afirmando que serão
356 aprimorados os esforços para conseguir receber o maior número possível de informações, dado que
357 esse relatório não pode ser focado apenas na perda da biodiversidade, mas fornecer também
358 soluções e aumentar o apoio para expansão da área que se beneficia dessas iniciativas ou
359 programas. Solicitou que fosse encaminhada uma circular para os representantes lembrando que o
360 MMA está elaborando esse relatório e que a questão crucial é ter acesso a informações. A Sra.
361 **Marina Landeiro**, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, tomou a palavra para informar
362 sobre o Seminário Nacional Sobre Pagamentos por Serviços Ambientais. Disse que este teve um
363 enfoque ligeiramente diferente de outras iniciativas nesse tema que foram mais voltadas para a
364 Amazônia. O Seminário teve foco na Mata Atlântica e envolveu também experiências em vários
365 biomas. Como produto do seminário será feita uma análise dos resultados do grupo com os
366 principais pontos destacados no projeto de lei, além de um link que está no portalBIO, onde estão
367 disponibilizadas todas as apresentações, a carta convite, as perguntas que foram discutidas que
368 foram utilizadas no trabalho de grupo, e uma análise final dos trabalhos de grupo. Informou sobre a
369 pretensão de se fazer uma publicação ou um relatório mais conciso desse seminário. O Sr. **Braulio**
370 **Dias** solicitou que fosse feita uma circular para todos os membros com a apresentação da Sra.
371 **Marina Landeiro**, informando o endereço eletrônico do site onde estão todos os documentos desse
372 seminário. O Sr. **Braulio Dias** respondeu ao questionamento do Sr. Aladim Gomes sobre
373 pagamento por serviços ambientais dizendo que obviamente se esse projeto de lei vier a ser
374 aprovado logo pelo congresso certamente não haverá condição de implementá-lo inicialmente no

375 país inteiro, devendo-se priorizar algumas regiões. Deverá ser uma implementação escalonada,
376 começando em algumas regiões prioritárias. O Sr. **Hélio Cunha** fez um informe da situação atual da
377 elaboração do quarto relatório anual da convenção. Disse que a data prevista para entrega, seria no
378 final do mês de março, mas devido a uma série de contratemplos, o Ministério acordou a
379 postergação dessa data e um plano de disponibilização de informações para o secretariado. Esse
380 plano ficou dividido em três etapas e a primeira seria em curto prazo, mapear informações já
381 disponíveis no país, que pudessem ser disponibilizadas num site na web e que o secretariado
382 pudesse usar como subsídio para elaboração de DCBio III, dando uma visão geral da situação da
383 biodiversidade no mundo, país a país. Falou sobre os projetos e consultorias que foram contratadas
384 e que os produtos estão sendo entregues. Informou que pelo cronograma os dois primeiros capítulos
385 dos quatro previstos no quarto relatório estarão prontos até o meio do ano, e que esperavam ter os
386 quatro capítulos prontos no final de outubro. Explicou que alguns estudos já haviam sido
387 levantados, e que alguns produtos já eram antigos e precisavam de avaliação e análise. Sobre as
388 consultorias, informou que foram contratadas justamente para completar essas lacunas. Um terceiro
389 passo pensado pelo Ministério foi a elaboração de um Outlook como o que está sendo elaborado
390 para o Brasil. O Sr. **Braulio Dias** falou que o documento completo da avaliação ecossistêmica
391 compreende cinco volumes com mais de 2500 páginas, e que os sumários executivos estavam
392 disponíveis no site do CEBDS e no Portal Bio, sendo que dois estavam traduzidos para o português.
393 Solicitou que fosse circulada a tabela apresentada pelo Sr. Hélio Cunha para que os representantes
394 titulares, primeiro e segundo suplentes, enviassem suas sugestões sobre outras fontes de informação
395 que pudessem ser úteis. O Sr. **Hélio Cunha** explicou que é estratégico para o Brasil certo atraso,
396 uma vez que esse relatório vai ser o subsídio para o alcance das metas 2010, e tendo em vista que
397 serão usados dados não completos, visto que será entregue antes de 2010, atenderá seus objetivos de
398 forma mais atual. O Sr. **Braulio Dias** explicou que era um problema quem fez o relatório muito
399 cedo e usou dados que quando chegar em 2010 vão estar muito ultrapassados. Perguntou se havia
400 mais alguma sugestão para ajudar a achar fontes de informação relevantes e encerrou a reunião. Eu,
401 Érica Frazão Pereira, por solicitação do presidente desta Comissão, lavrei a presente ata.

402

403

404

405

406

407

408

Secretário Executivo

Presidente da CONABIO